

**TutPrv na EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 23.453 - DF
(2019/0040444-7)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DA PRIMEIRA SEÇÃO
REQUERENTE : UNIÃO
REQUERIDO : MARIO ILIDIO SALGUEIRO
ADVOGADOS : LEANDRO GOMES DE BRITO PORTELA - RJ117625
BRUNO BERNARDO SOARES DE ARAUJO - DF053045

DECISÃO

Dada a notícia de julgamento do RE 817.338/DF pelo STF (Tema 839) e considerando que o nome do exequente está relacionado no Portaria Interministerial n. 134, de 15/02/2011, que autorizou a instauração de procedimento de revisão das anistias concedidas com fundamento na Portaria n. 1.104-GM3/1964 da Força Aérea Brasileira, e, ainda, que foi expedido precatório incluído na proposta orçamentária para pagamento neste exercício, tenho presentes os requisitos do *fumus boni juris* e do *periculum in mora* (arts. 300 e seguintes do CPC).

Diante do exposto, **concedo a medida liminar** para determinar a suspensão do pagamento do PRC n. 5017 e **fixo o prazo de 90 (noventa) dias para que a UNIÃO comprove a efetiva instauração de procedimento de revisão da portaria de anistia.**

Traslade-se cópia desta decisão para o referido precatório.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de março de 2020.

Ministro BENEDITO GONÇALVES
Presidente da Seção